

**MAPFRE Previdência S.A.**  
CNPJ 04.046.576/0001-40



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas,**

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais.

A MAPFRE Previdência S.A. encerrou o exercício de 2016 com R\$ 79,0

milhões de prêmios emitidos líquidos e com rendas de contribuições no montante de R\$ 322,7 milhões.

O resultado do exercício de 2016, antes da tributação sobre o lucro e participações, foi R\$ 4,9 milhões e o lucro líquido foi de R\$ 2,0 milhões.

As provisões técnicas de seguros e previdência complementar encerraram o exercício com o saldo de R\$ 3,4 bilhões (R\$ 2,9 bilhões em 2015).

Os ativos totais somaram R\$ 3,6 bilhões (R\$ 3,1 bilhões em 2015).

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 521/15, a MAPFRE Previdência S.A., declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na rubrica "Títulos mantidos

até o vencimento".

A Administração prevê para o próximo exercício a manutenção da trajetória de crescimento no segmento de Previdência, promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

**A Administração**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)**

	Notas	2016	2015
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>3.314.107</b>	<b>2.826.392</b>
<b>Disponível</b>		<b>5.817</b>	<b>711</b>
Caixa e bancos		5.817	711
<b>Aplicações</b>	5	<b>3.259.600</b>	<b>2.794.431</b>
<b>Créditos das operações com seguros e resseguros</b>			<b>299</b>
Operações com resseguradoras		-	299
<b>Outros créditos operacionais</b>	6	<b>2.422</b>	<b>1.047</b>
<b>Créditos das operações com previdência complementar</b>		<b>885</b>	<b>1.066</b>
Valores a receber		366	347
Operações com repasses - Resseguradoras		519	719
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>8.910</b>	<b>5.610</b>
Títulos e créditos a receber	7	5.297	2.651
Créditos tributários e previdenciários	8	2.040	1.836
Depósitos judiciais e fiscais		806	639
Outros créditos		767	484
<b>Outros valores e bens</b>		<b>42</b>	<b>39</b>
Outros valores		42	39
<b>Despesas antecipadas</b>		<b>17</b>	<b>15</b>
<b>Custos de aquisição diferidos</b>	15	<b>36.414</b>	<b>23.174</b>
Seguros		23.055	13.634
Previdência		13.359	9.540
<b>Ativo não circulante</b>		<b>274.579</b>	<b>224.914</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>272.772</b>	<b>222.842</b>
Aplicações	5	255.514	209.633
<b>Títulos e créditos a receber</b>		<b>17.258</b>	<b>13.209</b>
Títulos e créditos a receber	7	16.778	12.882
Créditos tributários e previdenciários	8	480	327
<b>Investimento</b>	9	<b>214</b>	<b>202</b>
Participações societárias		214	202
<b>Imobilizado</b>	10a	<b>781</b>	<b>576</b>
Bens móveis		713	576
Outras imobilizações		68	-
<b>Intangível</b>	10b	<b>812</b>	<b>1.294</b>
Outros intangíveis		812	1.294
<b>Total do ativo</b>		<b>3.588.686</b>	<b>3.051.306</b>

	Notas	2016	2015
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		<b>1.511.158</b>	<b>1.173.254</b>
<b>Contas a pagar</b>		<b>11.432</b>	<b>14.015</b>
Obrigações a pagar	11	4.957	8.447
Impostos e encargos sociais a recolher		4.665	4.101
Encargos trabalhistas		1.492	1.271
Impostos e contribuições	12	221	100
Outras contas a pagar		97	96
<b>Débitos de operações com seguros e resseguros</b>	13	<b>2.520</b>	<b>2.049</b>
Operações com resseguradoras		1.031	974
Corretores de seguros e resseguros		199	620
Outros débitos operacionais		1.290	455
<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	14	<b>13.878</b>	<b>390</b>
Contribuições a restituir		377	66
Outros débitos operacionais		13.501	324
<b>Depósitos de terceiros</b>		<b>-</b>	<b>545</b>
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	15	<b>1.418.403</b>	<b>1.085.751</b>
Danos - DPVAT		69.362	47.960
Vida com cobertura por sobrevivência		1.349.041	1.037.791
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	15	<b>64.909</b>	<b>70.350</b>
Planos não bloqueados		32.167	31.554
PGBL		32.742	38.796
<b>Outros débitos</b>		<b>17</b>	<b>154</b>
Provisões judiciais		17	154
<b>Não circulante</b>		<b>1.980.472</b>	<b>1.782.501</b>
<b>Contas a pagar</b>	18	<b>667</b>	<b>1.090</b>
Tributos diferidos		667	1.090
<b>Provisões técnicas - seguros</b>	15	<b>86.839</b>	<b>86.574</b>
Vida com cobertura por sobrevivência		86.839	86.574
<b>Provisões técnicas - previdência complementar</b>	15	<b>1.892.966</b>	<b>1.694.837</b>
Planos não bloqueados		171.716	162.987
PGBL		1.721.250	1.531.850
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>97.055</b>	<b>95.551</b>
Capital social	19	81.273	81.273
Reservas de lucros		15.782	14.278
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>3.588.686</b>	<b>3.051.306</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/prejuízo por ação)

	Notas	2016	2015
(+) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	20g	322.719	327.080
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder		(322.180)	(325.737)
<b>(=) Receitas de contribuições e prêmios de VGBL</b>		<b>539</b>	<b>1.343</b>
<b>(+) Rendas com taxas de gestão e outras taxas</b>		<b>1.253</b>	<b>2.014</b>
(+/-) Variação de outras provisões técnicas		(851)	(87)
(-) Benefícios retidos	20c	(3.126)	(3.458)
(-) Custos de aquisição	20d	(10.991)	(8.999)
(+) Outras receitas e (despesas) operacionais	20e	4.893	(1.901)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	20f	207	(507)
Prêmios emitidos		79.029	61.492
(+) Contribuições para cobertura de riscos		4.685	4.801
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios		(25.312)	(15.443)
<b>(=) Prêmios ganhos</b>	20b	<b>58.402</b>	<b>50.850</b>
(-) Sinistros ocorridos	20c	(35.735)	(35.229)
(-) Custos de aquisição	20d	(6.277)	(5.092)
<b>(+) Outras receitas e (despesas) operacionais</b>	20e	<b>(1.326)</b>	<b>(1.022)</b>
(+) Resultado com operações de resseguro	20f	(4.120)	(1.350)
(+) Receitas com resseguro		(221)	1.525
(-) Despesas com resseguro		(3.899)	(2.875)
(-) Despesas administrativas	20h	(7.094)	(6.236)
(-) Despesas com tributos	20i	(4.190)	(3.344)
<b>(+) Resultado financeiro</b>	20j	<b>13.407</b>	<b>13.234</b>
<b>(=) Resultado operacional</b>		<b>4.991</b>	<b>217</b>
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(43)	(14)
<b>(=) Resultado antes dos impostos e participações</b>		<b>4.948</b>	<b>203</b>
(-) Imposto de renda	22	(890)	9
(-) Contribuição social	22	(816)	(13)
<b>(-) Participações sobre o resultado</b>		<b>(1.235)</b>	<b>(235)</b>
<b>(=) Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>2.007</b>	<b>(36)</b>
<b>(/) Quantidade de ações</b>		<b>267.765</b>	<b>267.765</b>
<b>(=) Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$</b>		<b>7,49</b>	<b>(0,14)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)**

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva estatutária	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>63.218</b>	-	<b>13.583</b>	<b>730</b>	-	<b>77.531</b>
Aumento de capital por incorporação (vide nota 26) - AGE de 29 de agosto de 2015	-	18.055	-	-	-	18.055
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 6.394 de 25 de novembro de 2015	18.055	(18.055)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(36)	(36)
<b>Distribuição do resultado:</b>						
Reserva estatutária	-	-	-	(36)	36	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>81.273</b>	-	<b>13.583</b>	<b>694</b>	-	<b>95.550</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.007	2.007
Proposta para distribuição do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	-	100	(100)	-
Reserva estatutária	-	-	1.405	-	(1.405)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(502)	(502)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>81.273</b>	-	<b>14.988</b>	<b>794</b>	-	<b>97.055</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)**

	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	2.007	(36)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos</b>	<b>2.007</b>	<b>(36)</b>
<b>Atribuível aos acionistas Controladores</b>	<b>2.007</b>	<b>(36)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	2016	2015
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.007</b>	<b>(36)</b>
<b>Ajustes para:</b>	<b>392.483</b>	<b>305.427</b>
Depreciação e amortizações	796	841
Perda/Ganho na alienação de imobilizado	43	14
Custos de aquisição diferidos	(13.240)	(8.103)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	173.073	118.618
Provisões técnicas - previdência complementar	231.811	194.057
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>394.940</b>	<b>305.391</b>
<b>Variação nas contas patrimoniais:</b>	<b>(386.738)</b>	<b>(328.499)</b>
Aplicações financeiras	(511.050)	(578.375)
Créditos das operações de seguros	(1.076)	2.872
Créditos das operações com previdência complementar	181	1.949
Créditos tributários e previdenciários	(357)	(1.354)
Títulos e créditos a receber	(6.542)	10.362
Outros ativos	(286)	206
Depósitos judiciais e fiscais	(167)	(582)
Despesas antecipadas	(2)	(5)
Impostos e contribuições	2.978	1.234
Débitos de operações com seguros e resseguros	471	(4.257)
Débitos de operações com previdência complementar	13.488	(5.242)
Depósitos de terceiros	(545)	(1.801)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	159.844	162.295
Provisões técnicas - previdência complementar	(37.248)	84.719
Provisões judiciais	(137)	141
Tributos diferidos	(423)	(528)
Outras contas a pagar	(3.992)	(133)
<b>Caixa gerado/(consumido) pelas operações</b>	<b>7.752</b>	<b>(23.108)</b>
Imposto de renda sobre o lucro pago	(1.148)	(263)
Contribuição social sobre o lucro pago	(924)	(227)
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>5.680</b>	<b>(23.598)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	42	35
Pagamento pela compra:		
<b>Imobilizado</b>	<b>(540)</b>	<b>(142)</b>
<b>Intangível</b>	<b>(64)</b>	<b>(90)</b>
Investimentos	(12)	(47)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(574)</b>	<b>(244)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Aumento de capital</b>	<b>-</b>	<b>18.055</b>
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>18.055</b>	<b>-</b>
<b>(Redução)/Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.106</b>	<b>(5.788)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	711	6.498
Incremento de caixa e equivalentes de caixa por incorporação	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.817	711

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

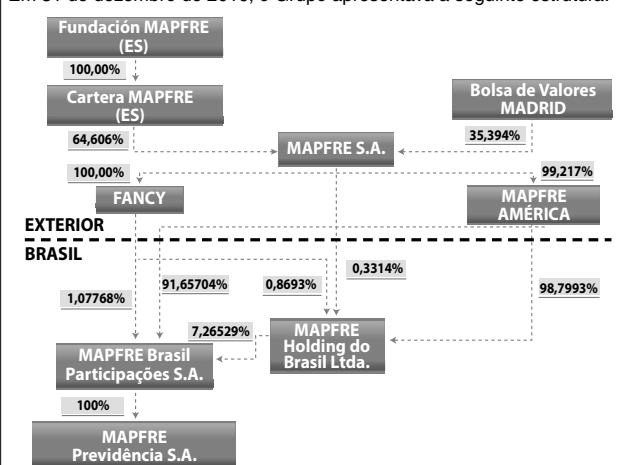
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A MAPFRE Previdência S.A. (doravante denominada por "Seguradora"), é uma sociedade de capital fechado e tem como objeto social operar em atividades de previdência complementar, renda e pecúlio, bem como de seguros do ramo vida com sobrevivência no território nacional. A Seguradora está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 04.046.576/0001-40.

A Seguradora integra o GRUPO MAPFRE, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas no Brasil e no Exterior, com sede em Madrid, Espanha. Os custos das estruturas operacionais e administrativas comuns são absorvidos segundo critérios estabelecidos em acordo operacional existente entre as empresas do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentava a seguinte estrutura:



**2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

**a) Base de preparação**

Em consonância à Circular SUSEP nº 521/15, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora.

Essas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas pela Diretoria em 22 de fevereiro de 2017.

**b) Base para mensuração e moeda funcional**

As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares

de reais e foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado e dos ativos financeiros disponíveis para venda. A moeda funcional da Seguradora é o Real.

**c) Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as normas do CPC, referendado pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são reavaliadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Notas 3.b e 5 - Aplicações financeiras; Notas 3.h/k e 15 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; Notas 3.o e 25 - Provisões judiciais; e Notas 3.r e 23 - Ativos e passivos diferidos/Imposto de renda e contribuição social.

**d) Segregação entre circulante e não circulante**

A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até 12 meses e posterior a 12 meses, respectivamente.



—☆ continuação

## MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

**b) Aplicações e instrumentos financeiros**

A Seguradora classifica suas aplicações financeiras nas seguintes categorias: (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento e (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) Empréstimos e recebíveis e, a classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

**(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

**(ii) Ativos mantidos até o vencimento**

São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado.

**(iii) Ativos disponíveis para venda**

Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquidos dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício.

**(iv) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros e com previdência complementar", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescido de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

**c) Classificação dos contratos de seguros**

A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao seguro na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa.

**d) Redução ao valor recuperável****(i) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

**(ii) Ativos não financeiros**

Ativos sujeitos à depreciação e amortização (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros), são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo possa não ser recuperável integralmente.

É reconhecida uma perda por imparidade no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso. Uma perda por imparidade é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

**e) Investimentos**

Compreende o investimento mantido na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

**f) Imobilizado**

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, veículos utilizados na condução dos negócios da Seguradora, sendo demonstrado pelo custo histórico reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa no 10.

**g) Ativos intangíveis**

Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas. A amortização é reconhecida de forma linear no resultado pelo prazo de 5 anos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

**h) Provisões técnicas****Seguros de danos, vida individual e dotal misto**

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída para os produtos estruturados em regime financeiro de capitalização, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data de encerramento das demonstrações financeiras individuais. Nesta provisão técnica encontram-se também as rendas vencidas de sinistros avisados. Inclui provisão para operações realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR), representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data base do balanço sendo calculada com base nos critérios definidos na Circular SUSEP nº 521 de 24 de novembro de 2015. Inclui também provisão para operações dos consórcios do seguro DPVAT, constituída com base nas informações fornecidas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

**Previdência complementar aberta, seguros de vida com cobertura por sobrevivência**

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de planos de renda, pensão e pecúlio e são calculadas, segundo regras previstas em nota técnica atuarial.

A provisão matemática de benefícios a conceder vinculadas aos seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) e aos planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (PGBL) representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de car-

regamentos e de outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundo de investimentos especialmente constituídos (FIEs). Para os planos previdenciários tradicionais, estruturados em regime financeiro de capitalização, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), é constituída enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, sendo calculada a partir do montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamentos e de outros encargos contratuais acrescidas de atualização monetária, taxas de juros, excedentes financeiros e incrementos de natureza atuarial, de acordo com condições firmadas contratualmente.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos representa o valor atual dos compromissos da Seguradora para com o assistido durante o período de pagamento de benefícios sob a forma de renda.

A Provisão de Excedentes Financeiros (PEF) é constituída para os contratos que possuem cláusula de participação de excedentes financeiros e corresponde a uma parcela do rendimento financeiro que excede a rentabilidade mínima garantida dos planos.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de sinistros ou benefícios, tanto na fase de diferimento quanto na fase de concessão de benefícios.

A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, e será constituída quando for constatada insuficiência no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com o item 3.k desta nota.

**i) Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos**

Produto	Tábua	Taxa de juros	Taxa de carregamento
Individual PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	1,50% a.a.	0% a 6%
Individual PGBL/VGBL	Não há	0% a.a.	0% a 3%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	2% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	0% a.a.	0%
Empresarial PGBL/VGBL	BR-EMSSb (male/female)	3% a.a.	0%

**j) Mensuração dos contratos de seguros**

Os prêmios de seguros e os custos de aquisição diferidos são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tenha início de vigência antes da emissão, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, em bases lineares, de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto, por meio da constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As operações do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

**k) Teste de adequação dos passivos - TAP**

Conforme requerido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro e Circular SUSEP nº 321/15 e 521/15, a cada data de balanço, deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros comparado ao valor esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos e certificados comercializados.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocáveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas, excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos. Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Seguradora utilizou as taxas a termo livres de risco autorizadas pela SUSEP (ETTJ).

Os seguros relativos aos ramos DPVAT, não foram objetos de análise neste teste em consonância com a Circular SUSEP nº 321/2015.

O teste foi elaborado bruto de resseguro e as principais premissas utilizadas foram:

Premissas	Descrição
	Cupons de IPCA, IGPM e TR - ETTJ SUSEP
Taxa de desconto	BR-EMS
Tábua de mortalidade	
Taxa de juros contratada para passivos	0%, 2%, 3%, 4%, 5% e 6%
Taxa de juros esperada para os ativos	Cupons de IPCA, IGPM e TR

O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base.

**l) Resseguro**

Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Seguradora com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos.

Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro.

As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas.

Os valores a receber relacionados com a operação de resseguro incluem saldos a receber de resseguradoras relacionadas com valores a serem ressarcidos, nos termos dos contratos de transferência de riscos e as parcelas das resseguradoras nas provisões técnicas constituídas. Os valores a pagar às resseguradoras são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

**m) Custos de aquisição diferido**

Compreendem as comissões e agenciamento sobre contratos de previdência e seguro Dotal, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo período médio de 60 meses com base em estudo técnico de permanência da carteira.

**n) Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros**

Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas.

**o) Provisões, passivos e ativos contingentes**

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, desde que a mesma possa ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Seguradora, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

**p) Benefícios aos empregados****Obrigações de curto prazo**

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

**Obrigações com aposentadorias**

A Seguradora implantou um plano de previdência complementar para os

empregados na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Seguradora paga contribuição fixa. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

**Outros benefícios de curto prazo**

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

**q) Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras (incluindo as aplicações classificadas como disponíveis para venda), ganhos na alienação, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos ao resultado. A receita de juros é reconhecida ao resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (imparidade), reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

**r) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e somado ou diminuído de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prêmios fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

**s) Participações nos lucros**

A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

**4. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco de subscrição;
- Risco de seguro;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros.

A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas globais do Grupo MAPFRE, o sistema está baseado na gestão de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo estruturado pela Área de Riscos e *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos.

A partir da avaliação dos principais riscos e do monitoramento da conformidade (*Compliance*), são elaborados planos de ação específicos para os riscos identificados acima do apetite de risco. O objetivo é que oportunidades de melhoria sejam implementadas nas atividades de controle ou que eventuais desvios sejam corrigidos em tempo. Além disso, para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Seguradora investe no fortalecimento do processo interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores.

Como forma de fortalecimento da Governança Corporativa, a MAPFRE conta com os seguintes comitês:

**Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos.

**Comitê de auditoria:** órgão de assessoramento que tem entre outras atribuições, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controle interno, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos, avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e recomendar o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.

**Comitê de estratégia financeira:** constituído com o objetivo de analisar e avaliar as questões ligadas a finanças. É de competência deste comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Diretoria, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros.

**Comitê de Administração e Meios da Regional Brasil:** objetivando que a estrutura de governança seja mais efetiva e dinâmica, onde o acompanhamento dos assuntos de gestão de risco, atuarial controle interno e *compliance*, passam a ser analisados e avaliados por este comitê.

**Comitê de Riscos Compliance:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do Grupo MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas.

Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes.

Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a MAPFRE está exposta, a auditoria interna possui um importante papel, onde a sua independência de atuação colabora para uma gestão de riscos adequada ao seu perfil. A auditoria interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, agregando valor ao sistema de controle interno.

O escopo da auditoria interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

—☆ continua



☆ continuação

## MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

## a) Risco de subscrição

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes do uso inadequado de metodologias ou premissas atuariais, incluindo falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e precificação. Abrange os riscos de aceitação, cancelamento, longevidade, mortalidade, morbidade e desenho de produtos. Para controlá-lo, a Seguradora segue as normas de subscrição de riscos, realiza acompanhamentos periódicos para evitar desvios, desenvolve produtos adequados à atual conjuntura, mantém contratos de resseguro para cobertura de eventos extremos de invalidez e morte, reavalia as provisões técnicas no mínimo anualmente, e realiza testes de consistências e recálculo atuariais, para avaliar sua adequação técnico-operacional.

A MAPFRE define risco de seguro como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro.

A MAPFRE utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com a transferência integral destes riscos a Seguradora MAPFRE RE pertencente ao mesmo grupo econômico, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos sejam minimizados.

## b) Sensibilidade do risco de seguro

As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da Seguradora com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, na análise de sensibilidade do risco de sobrevivência foi considerado no Teste de Adequação de Passivos. Além disso, o comportamento do cliente em relação às opções de cancelamento, resgate e conversão em renda dos últimos 3 anos foi analisado. Ainda na carteira com garantias de rentabilidades predefinidas há o gerenciamento através do risco de mercado o retorno de investimentos, taxa de juros e a movimentação nos mercados financeiros. Em relação aos produtos de risco há contrato de resseguro para excedente de responsabilidade e catástrofe.

Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido:

(i) Provisões técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo:

	Impacto no patrimônio líquido/resultado	2016
<b>Sensibilidade</b>		
<b>Alteração das principais premissas das provisões técnicas</b>		
Redução de 10% a.a. na ETTJ	7.134	
Redução de 10% na taxa de mortalidade	2.905	
Aumento de 10% na taxa de conversão em renda e resgate	(832)	

## c) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de perda de valor de ativos financeiros como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais para com a MAPFRE. A MAPFRE possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos, é realizado tempestivamente o monitoramento das exposições para efetivo cumprimento dos limites de crédito estabelecidos na política. O monitoramento é realizado para ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares, levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado.

Para um melhor controle à exposição a esse tipo de risco, os recursos são investidos nos fundos geridos pela MAPFRE Investimentos, empresa do mesmo Grupo Econômico, que tem como premissa os mesmos limites descritos na Política e submete aos Comitês competentes periódicas avaliações econômico-financeiras das contrapartes em que os recursos estão aplicados.

Títulos	2015						Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA	A	AA-	Aa2		
<b>I. Valor justo por meio do resultado</b>	<b>2.709.378</b>	<b>28.729</b>	<b>10.274</b>	<b>213</b>	<b>425</b>	<b>955</b>	<b>36.960</b>	<b>2.786.934</b>
<b>Carteira própria</b>								
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	47.974	-	-	-	-	-	-	47.974
<b>Fundos Exclusivos</b>								
Letras financeiras do tesouro - LFT	27.355	-	-	-	-	-	-	27.355
Notas do tesouro nacional - NTN-B	657	-	-	-	-	-	-	657
Notas do tesouro nacional - NTN-C	2.086	-	-	-	-	-	-	2.086
Operações compromissadas(*)	40.700	-	-	-	-	-	-	40.700
Títulos da dívida agrária - TDA	21.591	-	-	-	-	-	-	21.591
Fundos de investimentos - outros	25.810	-	-	-	-	-	-	25.810
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	(338)	-	-	-	-	-	-	(338)
<b>Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL</b>								
Certificados de depósitos bancários	1.691	-	209	213	-	-	204	2.317
Recibo de depósitos bancários	-	-	-	-	213	-	-	213
Debêntures	9.053	5.634	9.651	-	-	955	-	25.293
Letras financeiras do tesouro - LFT	573.471	-	-	-	-	-	-	573.471
Letras financeiras - LF	-	23.095	-	-	-	-	-	23.095
Notas do tesouro nacional - NTN-B	582	-	-	-	-	-	-	582
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1.343	-	-	-	-	-	-	1.343
Letras do tesouro nacional - LTN	130.032	-	-	-	-	-	-	130.032
Operações compromissadas(*)	86.824	-	-	-	-	-	-	86.824
Títulos da dívida agrária - TDA	2.138	-	-	-	-	-	-	2.138
Fundos de investimentos - abertos/outros (**)	1.738.444	-	-	-	-	-	36.069	1.774.513
Letras de câmbio	606	-	414	-	212	-	687	1.919
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	(641)	-	-	-	-	-	-	(641)
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>213.678</b>	<b>3.452</b>	-	-	-	-	-	<b>217.130</b>
<b>Carteira própria</b>								
Certificados de depósitos bancários	-	3.452	-	-	-	-	-	3.452
<b>Fundos exclusivos</b>								
Notas do tesouro nacional - NTN-B	64.922	-	-	-	-	-	-	64.922
Notas do tesouro nacional - NTN-C	128.471	-	-	-	-	-	-	128.471
Notas do tesouro nacional - NTN-F	8.017	-	-	-	-	-	-	8.017
Títulos da dívida agrária - TDA	12.268	-	-	-	-	-	-	12.268
<b>Total geral</b>	<b>2.923.056</b>	<b>32.181</b>	<b>10.274</b>	<b>213</b>	<b>425</b>	<b>955</b>	<b>36.960</b>	<b>3.004.064</b>

(\*) Com lastro em títulos públicos.

(\*\*) 2015 - Composto por 90% de títulos públicos, 2,3% de ações, 5,7% títulos privados e 2% de outros.

## d) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Seguradora para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

## Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou à conceder.

## Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios.

O gerenciamento da liquidez é realizado de acordo com a análise de fluxo simples de pagamento, levando em consideração a expectativa de vida do participante e a tábua de mortalidade brasileira, corrigindo esse fluxo pela expectativa dos índices de inflação. Os ativos financeiros para honrar o fluxo de passivos são aplicados em ativos com vencimentos e indexadores semelhantes aos do fluxo de passivo financeiro.

O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por agências avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's* e *Moody's*.

A MAPFRE utiliza diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o seu patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress de mercado. Os testes realizados levam em consideração cenários históricos e cenários futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e tomada de decisão e também para identificação de descasamentos entre seus ativos e passivos financeiros.

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em Títulos de Renda Fixa Público e operações compromissadas com lastro em Título Público Federal como demonstrado no quadro abaixo: *Rating da carteira de aplicações*

Títulos	2016						Sem rating	Total
	AAA	AA-	Rating	AA-	AA-	AA-		
<b>I. Valor justo por meio do resultado</b>	<b>3.094.970</b>	<b>82.129</b>	<b>68.952</b>	<b>3.246.051</b>				
<b>Fundos de investimentos</b>								
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	29.783	-	-	-	-	29.783	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	7.782	-	-	-	-	7.782	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	2.227	-	-	-	-	2.227	
Operações compromissadas (*)	-	23.888	-	-	-	-	23.888	
Títulos da dívida agrária - TDA	-	18.449	-	-	-	-	18.449	
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	-	-	69.378	-	-	-	69.378	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	-	-	(426)	-	-	-	(426)	
<b>Fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL</b>								
Certificados de depósitos bancários	1.356	-	-	-	-	-	1.356	
Debêntures	70.409	-	-	-	-	-	70.409	
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.341.272	-	-	-	-	-	1.341.272	
Letras financeiras - LF	80.279	-	-	-	-	-	80.279	
Notas do tesouro nacional - NTN-B	254.936	-	-	-	-	-	254.936	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	40.075	-	-	-	-	-	40.075	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	485.641	-	-	-	-	-	485.641	
Letras do tesouro nacional - LTN	437.065	-	-	-	-	-	437.065	
Operações compromissadas (*)	141.176	-	-	-	-	-	141.176	
Opções de futuros	481	-	-	-	-	-	481	
Títulos da dívida agrária - TDA	9.336	-	-	-	-	-	9.336	
Depósitos a prazo com garantia especial	73.824	-	-	-	-	-	73.824	
Termo tesouro	75.326	-	-	-	-	-	75.326	
Fundos de investimento - abertos/outros	62.950	-	-	-	-	-	62.950	
Letras de câmbio	3.930	-	-	-	-	-	3.930	
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	(14.255)	-	-	-	-	-	(14.255)	
Ações	31.169	-	-	-	-	-	31.169	
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>-</b>	<b>269.063</b>	<b>-</b>	<b>269.063</b>				
<b>Fundos de investimentos</b>								
Notas do tesouro nacional - NTN-B	-	88.669	-	-	-	-	88.669	
Notas do tesouro nacional - NTN-C	-	165.190	-	-	-	-	165.190	
Notas do tesouro nacional - NTN-F	-	6.284	-	-	-	-	6.284	
Títulos da dívida agrária - TDA	-	8.921	-	-	-	-	8.921	
<b>Total geral</b>	<b>3.094.970</b>	<b>351.192</b>	<b>68.952</b>	<b>3.515.112</b>				

Títulos	2015						Sem rating	Total
	AAA	AA+	AA	A	AA-	Aa2		
<b>I. Valor justo por meio do resultado</b>	<b>2.709.378</b>	<b>28.729</b>	<b>10.274</b>	<b>213</b>	<b>425</b>	<b>955</b>	<b>36.960</b>	<b>2.786.934</b>
<b>Carteira própria</b>								
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	47.974	-	-	-	-	-	-	47.974
<b>Fundos Exclusivos</b>								
Letras financeiras do tesouro - LFT	27.355	-	-	-	-	-	-	27.355
Notas do tesouro nacional - NTN-B	657	-	-	-	-	-	-	657
Notas do tesouro nacional - NTN-C	2.086	-	-	-	-	-	-	2.086
Operações compromissadas(*)	40.700	-	-	-	-	-	-	40.700
Títulos da dívida agrária - TDA	21.591	-	-	-	-	-	-	21.591
Fundos de investimentos - outros	25.810	-	-	-	-	-	-	25.810
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	(338)	-	-	-	-	-	-	(338)
<b>Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL</b>								
Certificados de depósitos bancários	1.691	-	209	213	-	-	204	2.317
Recibo de depósitos bancários	-	-	-	-	213	-	-	213
Debêntures	9.053	5.634	9.651	-	-	955	-	25.293
Letras financeiras do tesouro - LFT	573.471	-	-	-	-	-	-	573.471
Letras financeiras - LF	-	23.095	-	-	-	-	-	23.095
Notas do tesouro nacional - NTN-B	582	-	-	-	-	-	-	582
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1.343	-	-	-	-	-	-	1.343
Letras do tesouro nacional - LTN	130.032	-	-	-	-	-	-	130.032
Operações compromissadas(*)	86.824	-	-	-	-	-	-	86.824
Títulos da dívida agrária - TDA	2.138	-	-	-	-	-	-	2.138
Fundos de investimentos - abertos/outros (**)	1.738.444	-	-	-	-	-	36.069	1.774.513
Letras de câmbio	606	-	414	-	212	-	687	1.919
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	(641)	-	-	-	-	-	-	(641)
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>213.678</b>	<b>3.452</b>	-	-	-	-	-	<b>217.130</b>
<b>Carteira própria</b>								
Certificados de depósitos bancários	-	3.452	-	-	-	-	-	3.452
<b>Fundos exclusivos</b>								
Notas do tesouro nacional - NTN-B	64.922	-	-	-	-	-	-	64.922
Notas do tesouro nacional - NTN-C	128.471	-	-	-	-	-	-	128.471
Notas do tesouro nacional - NTN-F	8.017	-	-	-	-	-	-	8.017
Títulos da dívida agrária - TDA	12.268	-	-	-	-	-	-	12.268
<b>Total geral</b>	<b>2.923.056</b>	<b>32.181</b>	<b>10.274</b>	<b>213</b>	<b>425</b>	<b>955</b>	<b>36.960</b>	<b>3.004.064</b>

(\*) Com lastro em títulos públicos.

(\*\*) 2015 - Composto por 90% de títulos públicos, 2,3% de ações, 5,7% títulos privados e 2% de outros.

## d) Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar os seus compromissos, quanto às dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo financeiro em caixa necessário para quitação de uma obrigação.

Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos da Seguradora para manter recursos financeiros suficientes para cumprimento das obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

## Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimativa de passivos oriundos de benefícios concedidos ou à conceder.

## Gerenciamento do risco de liquidez

A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pelo Comitê de Administração e Meios.

O gerenciamento da liquidez é realizado de acordo com a análise de fluxo simples de pagamento, levando em consideração a expectativa de vida do participante e a tábua de mortalidade brasileira, corrigindo esse fluxo pela expectativa dos índices de inflação. Os ativos financeiros para honrar o fluxo de passivos são aplicados em ativos com vencimentos e indexadores semelhantes aos do fluxo de passivo financeiro.

2015	Sem A vencer		A vencer		Total
	vencimento definido	em até 1 ano	A vencer em até 1 ano	acima de 1 ano	
Caixa e equivalentes de caixa	-	711	-	-	



☆ continuação

## MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria.

#### g) Gestão de capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas.

Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/15 (alterada pela Resolução nº 343/2016), as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR).

A Seguradora está apurando o CR com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional como demonstrado abaixo:

#### 1. Ajustes contábeis

Patrimônio Líquido (+/-)	97.055
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior (-)	(214)
Despesas antecipadas (-)	(17)
Ativos intangíveis (-)	(812)

#### Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)

96.012

#### 2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento (+/-)	10.980
Superávit de fluxos de prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP (+)	734
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/cont. Registradas (+)	3.537

#### Ajustes econômicos (b)

15.251

#### 3. Capital Mínimo Requerido

Capital-base - CB 15.000

#### Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)

Capital risco de crédito	3.967
Capital risco de subscrição	71.389
Capital de risco operacional	2.999
Capital de risco de mercado	6.541
Correlação entre os riscos	(6.500)

#### Capital mínimo requerido (c)

78.396

#### Suficiência de capital (d = a + b - c)

32.867

#### Suficiência de capital (d/c)

42%

#### Índice de Solvência (e = (a + b)/c)

1,42

Conforme disposições transitórias, alínea "a", parágrafo 4º do artigo 50, da Resolução CNSP 321/15 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponderá a 50% em 31 de dezembro de 2016. O capital remanescente é exigido em até 31 de dezembro de 2017.

As Normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2016 a Seguradora apresenta liquidez de 66% equivalente a R\$ 15.679 como se segue:

Capital de risco (a) 78.396

Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 343/165 - 20% sobre CR 66%

Ativos livres - vide nota explicativa 16 (b) 51.997

#### 5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

##### a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico

Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo.

Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com o vencimento dos títulos.

Títulos	Vencimento				Ativos				Total				
	2016				2016				2016		2015		
	(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)			
	Hierarquia a												
	valor justo	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Sem Vencimento	Valor Contábil	Valor de Curva	Valor justo	Ganho / (Perda) Não Realizada				
<b>I. Valor justo por meio do resultado</b>		<b>272.413</b>	<b>2.062.008</b>	<b>835.953</b>	<b>75.677</b>	<b>3.246.051</b>	<b>3.246.051</b>	<b>3.246.051</b>		<b>3.246.051</b>	<b>100%</b>	<b>2.786.934</b>	<b>100%</b>
<b>Fundos de investimentos</b>													
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	-	22.523	7.260	-	29.783	29.783	29.783	-	29.783	1%	27.355	1%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	7.782	-	-	7.782	7.782	7.782	-	7.782	0%	657	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	2.227	-	-	-	2.227	2.227	2.227	-	2.227	0%	2.086	0%
Operações compromissadas (*)	1	23.888	-	-	-	23.888	23.888	23.888	-	23.888	1%	40.700	1%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	8.204	9.734	511	-	18.449	18.449	18.449	-	18.449	1%	21.591	1%
Quotas e fundos especialmente constituídos - DPVAT	2	69.378	-	-	-	69.378	69.378	69.378	-	69.378	2%	47.974	2%
Fundos de investimentos - outros	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	25.810	1%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	(426)	-	-	-	(426)	(426)	(426)	-	(426)	0%	(338)	0%
<b>Fundos Especialmente Constituídos - PGBL/VGBL</b>													
Certificados de depósitos bancários	2	1.356	-	-	-	1.356	1.356	1.356	-	1.356	0%	2.317	0%
Recibo de depósitos bancários	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	213	0%
Debêntures	2	9.057	9.075	52.274	3	70.409	70.409	70.409	-	70.409	2%	25.293	1%
Letras financeiras do tesouro - LFT	1	2.533	1.188.136	150.603	-	1.341.272	1.341.272	1.341.272	-	1.341.272	41%	573.471	21%
Letras financeiras - LF	2	-	80.279	-	-	80.279	80.279	80.279	-	80.279	2%	23.095	1%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	115.272	139.664	-	254.936	254.936	254.936	-	254.936	8%	582	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	-	40.075	-	-	40.075	40.075	40.075	-	40.075	1%	1.343	0%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	-	-	485.641	-	485.641	485.641	485.641	-	485.641	15%	-	0%
Letras do tesouro nacional - LTN	1	-	437.065	-	-	437.065	437.065	437.065	-	437.065	13%	130.032	5%
Operações compromissadas (*)	1	15.685	125.491	-	-	141.176	141.176	141.176	-	141.176	4%	86.824	3%
Opções de futuros	2	481	-	-	-	481	481	481	-	481	0%	-	0%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	5.328	4.008	-	-	9.336	9.336	9.336	-	9.336	0%	2.138	0%
Depósitos a prazo com garantia especial	2	51.256	22.568	-	-	73.824	73.824	73.824	-	73.824	2%	-	0%
Termo tesouro	2	75.326	-	-	-	75.326	75.326	75.326	-	75.326	2%	-	0%
Fundos de investimentos - abertos/outros (**)	2	-	-	-	62.950	62.950	62.950	62.950	-	62.950	2%	1.774.513	63%
Letras de câmbio	2	3.930	-	-	-	3.930	3.930	3.930	-	3.930	0%	1.919	0%
Outros/caixa/valores a pagar/valores a receber	1	4.190	-	-	(18.445)	(14.255)	(14.255)	(14.255)	-	(14.255)	0%	(641)	0%
Ações	2	-	-	-	31.169	31.169	31.169	31.169	-	31.169	1%	-	0%
<b>II. Títulos mantidos até o vencimento</b>		<b>13.549</b>	<b>102.257</b>	<b>153.257</b>	<b>-</b>	<b>269.063</b>	<b>269.063</b>	<b>289.029</b>	<b>19.966</b>	<b>269.063</b>	<b>100%</b>	<b>217.130</b>	<b>100%</b>
<b>Carteira própria</b>													
Certificados de depósitos bancários	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0%	3.452	2%
<b>Fundos de investimentos</b>													
Notas do tesouro nacional - NTN-B	1	-	9.856	78.813	-	88.669	88.669	98.170	9.501	88.669	33%	64.922	30%
Notas do tesouro nacional - NTN-C	1	6.727	84.019	74.444	-	165.190	165.190	175.462	10.272	165.190	61%	128.471	59%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	1	3.325	2.958	-	-	6.283	6.283	6.417	134	6.283	2%	8.017	4%
Títulos da dívida agrária - TDA	2	3.497	5.424	-	-	8.921	8.921	8.980	59	8.921	3%	12.268	6%
<b>Total geral</b>		<b>285.962</b>	<b>2.164.265</b>	<b>989.210</b>	<b>75.677</b>	<b>3.515.114</b>	<b>3.515.114</b>	<b>3.535.080</b>	<b>19.966</b>	<b>3.515.114</b>		<b>3.004.064</b>	

(\*) Lastro em títulos públicos.

(\*\*) 2015 - Composto por 90% de títulos públicos, 2,3% de ações, 5,7% títulos privados e 2% de outros.

#### b) Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	2015		2016	
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates
Fundo de investimento exclusivo	331.539	444.322 (468.429)	43.335	350.766
Certificado de depósito bancário (CDB)	3.452	- (3.742)	290	-
Quotas fundos especialmente constituídos - PGBL/VGBL	2.621.099	234.925 (127.128)	366.074	3.094.970
Quotas fundos especialmente constituídos - DPVAT	47.974	17.515 (4.406)	8.295	69.378
<b>Total</b>	<b>3.004.064</b>	<b>696.761 (603.705)</b>	<b>417.994</b>	<b>3.515.114</b>

#### c) Determinação do valor justo

O valor justo das aplicações em fundos de investimento foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda variável tiveram seus valores justos obtidos a partir da última cotação publicada pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Os títulos de renda fixa privados tiveram suas cotações divulgadas pela Central e Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante dos títulos e valores geridos pela MAPFRE Investimentos Ltda., sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e BM&FBovespa para cálculos constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autorregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O valor justo dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é determinado apenas para fins de divulgação. A posição e o valor dos títulos DPVAT, é informado pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na BM&FBovespa, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação.

#### Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

#### 6. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Do montante de R\$ 2.422 (R\$ 1.047 em 2015), R\$ 2.006 (R\$ 740 em 2015) refere-se a valores a receber do Convênio DPVAT.

#### 7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	2016	2015
<b>Outros créditos a receber (ativo circulante)</b>	<b>5.297</b>	<b>2.651</b>
Valores a receber a MAPFRE Vida - Vida Individual (decessos) (Nota 22)	341	218
Valores a receber MAPFRE Investimentos LTDA. (Nota 22)	4.143	1.976
Compartilhamento de Despesas (Nota 22)	785	-
Outros créditos a receber (Ativos a serem resgatados)	28	457
<b>Outros créditos a receber (ativo não circulante)</b>	<b>16.778</b>	<b>12.882</b>
Créditos a receber - Parceria Produto Previdência	16.778	12.882
<b>Total de outros créditos a receber</b>	<b>22.075</b>	<b>15.533</b>

#### 8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	2016	2015
<b>Créditos tributários e previdenciários (ativo circulante)</b>	<b>2.040</b>	<b>1.836</b>
Antecipação de IRPJ	-	674
Antecipação de CSLL	-	561
Imposto de Renda em restituição	765	-
Contribuição Social em restituição	684	76
Cofins a compensar	322	291
IRRF - devolvido a compensar	200	183
ISS - devolvido a compensar	14	-
PIS a compensar	51	47
CSRF - devolvido a compensar	4	4
<b>Créditos tributários e previdenciários (ativo não circulante)</b>	<b>480</b>	<b>327</b>
Provisão para participação nos lucros	414	229
Contingências cíveis	-	61
Provisão para férias	58	29
Provisões trabalhistas	8	8
<b>Total de créditos tributários e previdenciários</b>	<b>2.520</b>	<b>2.163</b>

#### 9. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

O saldo de R\$ 214 (R\$ 202 em 2015) refere-se à participação societária na Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros DPVAT.

#### 10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

##### a) Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	2015	Adição	Depreciação	Baixa	2016
Equipamentos	20%	286	263	(128)	(13)	408
Veículos	20%	290	277	(122)	(72)	373
<b>Total</b>		<b>576</b>	<b>540</b>	<b>(250)</b>	<b>(85)</b>	<b>781</b>

	Taxa anual de depreciação	2014	Adição	Depreciação	Baixa	2015
Equipamentos	20%	227	109	(46)	(4)	286
Veículos	20%	443	-	(78)	(75)	290
<b>Total</b>		<b>670</b>	<b>109</b>	<b>(124)</b>	<b>(79)</b>	<b>576</b>





→ continuação

## MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

## 20. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

## a) Ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índices de Sinis-Comissão- namento			Comissão-namento
	2016	2015	2016	2016	2015	
Contribuição de risco	4.685	4.801	58,38%	34,94%	72,00%	0,00%
Vida individual por sobrevivência	15.387	8.070	71,55%	26,64%	28,80%	45,60%
DPVAT	38.330	37.979	57,37%	1,41%	86,70%	1,40%
<b>Total</b>	<b>58.402</b>	<b>50.850</b>	<b>61,19%</b>	<b>10,75%</b>	<b>76,10%</b>	<b>6,60%</b>

## b) Prêmios ganhos

	2016	2015
Prêmios emitidos	58.402	50.850
(+) Contribuições para cobertura de riscos	79.029	61.492
(+/-) Variações de provisões técnicas de prêmios	4.685	4.801
	(25.312)	(15.443)

## c) Sinistros ocorridos

	2016	2015
Seguros	(35.735)	(35.229)
Indenizações avisadas	(15.314)	(21.986)
Despesa com sinistro	(6.677)	(7.786)
Despesas com benefícios	(2.735)	(1.966)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(152)	(342)
Variação de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	(10.857)	(3.152)
Previdência	(3.126)	(3.458)
Despesas com benefícios	(3.112)	(3.451)
Variação de eventos ocorridos mas não avisados	(14)	(7)

## d) Custos de aquisição

	2016	2015
Seguros	(6.277)	(5.092)
Comissões	(14.366)	(9.264)
Outras despesas de comercialização	(1.332)	(1.508)
Variação das despesas de comercialização	9.421	5.680
Previdência	(10.991)	(8.999)
Comissões	(13.207)	(10.870)
Variação das despesas de comercialização	(833)	(549)
Variação de outras despesas de comercialização	3.049	2.421

## e) Outras receitas e (despesas) operacionais

	2016	2015
Seguros	(1.326)	(1.022)
Despesa com cobrança	(2.498)	(2.320)
Outras receitas e (despesas) operacionais	1.172	1.298
Previdência	(4.893)	(1.901)
Despesas operacionais ajuste ao valor de realização - Parceria Produto Previdência (nota 7)	4.893	(1.901)

## f) Resultado com resseguro

	2016	2015
Seguros	(4.120)	(1.350)
(+) Receita com participação em lucros	(221)	1.525
(-) Prêmio de resseguro cedido	(3.899)	(2.875)
Previdência	(207)	(507)
(+) Recuperação de sinistros de resseguro cedido	2.341	1.083
(-) Prêmio de resseguro cedido	(2.134)	(1.590)

## g) Rendas de contribuições e prêmios de VGBL

	2016	2015
VGBL	186.363	192.841
PGBL	132.430	130.127
Tradicional	3.926	4.112

## h) Despesas administrativas

	2016	2015
Pessoal próprio	(7.094)	(6.236)
Serviço de terceiros	(18.055)	(12.148)
Localização e funcionamento	(9.011)	(6.959)
Publicidade e propaganda	(1.714)	(1.948)
Publicação	(171)	(208)
Donativos e contribuições	(155)	(152)
Outras despesas	(190)	(201)
Recuperação de despesas administrativas (Nota 21)	34	(222)
	22.168	15.602

## i) Despesas com tributos

	2016	2015
COFINS	(4.190)	(3.344)
PIS	(1.639)	(1.163)
Taxa de fiscalização	(272)	(195)
Outros	(1.946)	(1.641)
	(333)	(345)

## j) Resultado financeiro

	2016	2015
(+) Receitas financeiras	13.407	13.234
Receitas com carteira própria (CDB)	418.494	314.048
Receitas com cotas de fundos de investimento	290	44.488
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores (PGBL/VGBL)	43.335	-
Receitas financeiras com quotas de fundos de investimentos/DPVAT	8.295	5.484
Receitas com operação de seguros/DPVAT	275	280
Outras receitas financeiras	225	116

## (-) Despesas financeiras

	2016	2015
Atualização Monetária/PGBL/VGBL	(405.087)	(298.800)
Atualização Monetária/Tradicional	(366.074)	(261.666)
Atualização Monetária/Vida Individual	(12.946)	(14.090)
Atualização Monetária - benefício concedido	(3.488)	(2.568)
Despesa financeira com operações de DPVAT	(9.164)	(8.872)
Despesa financeira com operações de DPVAT	(8.295)	(5.488)
Atualização ex cedente financeiro	(4.784)	(4.822)
Atualização valores a regularizar	(85)	(1.081)
Outras despesas financeiras	(251)	(213)

## 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ati- vos	Passi- vos	Des- pesas	Re- ceitas
Partes relacionadas				
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. (*)	42	(3)	(62)	370
MAPFRE Investimentos Ltda. (*)	4.187	(44)	(423)	25.040
MAPFRE Administradora de Consórcio S.A. (*)	12	(21)	(303)	120
MAPFRE Assistência Ltda. (*)	109	(10)	(149)	976
MAPFRE Brasil Participações S.A. (*)	2	(11)	(129)	30
MAPFRE Capitalização S.A. (*)	43	(67)	(786)	505
MAPFRE Holding do Brasil Ltda. (*)	-	-	(3)	1
MAPFRE Investimentos e Participações (*)	-	-	-	1
PROTENSEG Corretora de Seguros Ltda. (*)	4	-	(4)	34
MAPFRE Saúde Ltda. (*) (**)	48	(27)	(1.410)	585
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (*)	-	-	-	529
MAPFRE Vida S.A. (**)	341	-	-	123
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (*)	44	(336)	(4.326)	413
<b>Total</b>	<b>4.832</b>	<b>(519)</b>	<b>(7.595)</b>	<b>28.727</b>

## Partes relacionadas

	Ati- vos	Passi- vos	Des- pesas	Re- ceitas
MAPFRE Investimentos Ltda. (*)	1.976	(126)	(261)	20.529
MAPFRE Administradora de Consórcios S.A. (*)	11	-	-	72
MAPFRE Holding do Brasil Ltda. (*)	2	-	-	33
MAPFRE Brasil Participações S.A. (*)	292	-	(128)	457
MAPFRE Investimentos e Participações S.A. (*)	-	-	-	2
MAPFRE Resseguradora S.A. (*)	519	(974)	(1.858)	-
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda. (*)	-	(487)	(5.316)	12
CESVI Brasil - Centro de Experimentação e Segurança Viária Ltda. (*)	56	-	(29)	228
MAPFRE Capitalização S.A. (*)	-	(49)	(111)	117
MAPFRE Vida S.A. (**)	218	-	-	120
MAPFRE Saúde Ltda. (**)	-	-	(452)	-
<b>Total</b>	<b>3.074</b>	<b>(1.636)</b>	<b>(8.155)</b>	<b>21.570</b>

(\*) Refere-se a compartilhamento de despesas.  
 (\*\*) Refere-se a saldo apurado de Vida Individual com decessos que estão sendo recebidos pela MAPFRE Vida S.A..  
 (\*\*\*) Refere-se a pagamento de assistência médica

Remuneração da Administração  
 É estabelecido anualmente, por meio da Assembleia Geral Ordinária, o montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social, no qual foram pagos R\$ 748 em 2016 (R\$ 598 em 2015).

## a) Outras informações

Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras, entidade de previdência e sociedades de capitalização não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

(i) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

(ii) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

(iii) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% a Seguradora, diretores ou administradores da Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros da Diretoria e seus familiares.

b) Participação acionária  
 A Diretoria da Seguradora não possuía, individualmente ou em conjunto, participação acionária na Seguradora em 31 de dezembro de 2016.

## 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(904)	(743)
Aumento da alíquota de 15% para 20%	-	-
Diferenças temporárias	(73)	(58)
Diferenças permanentes	(295)	(228)
Deduções incentivadas	48	-
<b>Tributo antes das compensações</b>	<b>(1.225)</b>	<b>(1.030)</b>
Compensações de prejuízos	-	-
Fiscais	-	-
<b>Imposto corrente</b>	<b>(1.225)</b>	<b>(1.030)</b>
<b>Ajuste Permanente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Constituição de crédito tributário	68	55
Tributos diferidos	264	158
Ajuste relativo ao exercício anterior	3	2
Ajuste relativo ao adicional	-	-
Ajuste relativo à adição temporária	-	-
<b>Total</b>	<b>(890)</b>	<b>(816)</b>
<b>Saldo de IRPJ/CSLL</b>	<b>(890)</b>	<b>(816)</b>

## b) Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Medida Provisória (MP) 675/15

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras gerados a partir de 1º de setembro de 2015, de 15% para 20%.

## 23. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona e administra plano de previdência complementar a seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria no montante de R\$ 2.270 (R\$ 1.053 em 2015). O regime do plano é de contribuição definida.

## 24. PROVISÕES JUDICIAIS

Trabalhistas - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da Seguradora.

Cíveis - Referem-se a reclamações previdenciárias envolvendo pedidos de resgates e cláusulas contratuais.

	2016	2015
Quantidade	2	1
Reclamado	33	136
Provisão	-	-
Quantidade	2	11
Reclamado	33	1.941
Provisão	-	-
<b>Totais</b>	<b>2</b>	<b>33</b>

## I- Trabalhista

Provisão

Perda possível

Remoto

**Totais**

Provisão

Perda possível

Remoto

**Totais**

**Total geral**

**9**

**1.258**

**17**

**13**

**2.095**

**154**

**PIS e COFINS**

Com a revogação do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98 por meio da Lei nº 11.941/09, a Seguradora passou a considerar para a apuração do PIS e da COFINS apenas as receitas auferidas com a operação, deixando de considerar as demais receitas. Com a entrada em vigor das alterações dispostas na Lei nº 12.973/2014, a partir de 1 de janeiro de 2015, a Administração, amparada por seus consultores jurídicos, entende que referida lei não alterou a base de cálculo do PIS e da COFINS, concluindo-se que as receitas de previdência e seguros são as únicas receitas que compõem o faturamento da Seguradora. O risco de perda é avaliado como possível no montante R\$ 5.302 (R\$ 2.916 em 31 de dezembro de 2015).

a) tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança da Seguradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017

**KPMG Auditores Independentes**

CRC 2SP014428/O-6

**Luciene Teixeira Magalhães**

Contador CRC RJ-079849/O-3

Aos Conselheiros e Diretores da

**MAPFRE Previdência S.A.**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da MAPFRE Previdência S.A. ("Seguradora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Seguradora de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma re-

levantante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

☆ continuação

**MAPFRE Previdência S.A. - CNPJ nº 04.046.576/0001-40**

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**Demonstrações financeiras do semestre**

**Fim do 31 de Dezembro de 2016**

O Comitê de Auditoria da MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A. foi instituído nos termos do artigo 131 da Resolução CNSP nº 321 de 15 de julho de 2015, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa, visando atender plenamente as exigências da legislação vigente.

O Comitê é composto por 3 membros eleitos em Assembleia Geral Extraordinária de 03 de outubro de 2016, sendo estes profissionais independentes e conhecedores das normas da Superintendência de Seguros Privados, e do ordenamento jurídico brasileiro.

O Comitê no exercício de suas principais atribuições tomou conhecimento do sistema de controles internos, dos processos de gestão de riscos e de monitoramento de fraudes e efetuou o acompanhamento dessas rotinas

como atividade permanente do Comitê, com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e Independentes.

Acompanhou o processo de elaboração das demonstrações financeiras das Companhias, mediante reuniões com os administradores e responsáveis da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela execução da auditoria, das demonstrações contábeis, conforme normas vigentes. Seu parecer deve assegurar que as referidas demonstrações contábeis representem, adequadamente, a posição patrimonial e financeira das Companhias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, Legislação Societária Brasileira, normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

O Comitê reuniu-se com os principais executivos das Companhias, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócios, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento

do processamento e segurança das transações.

**Conclusão**

Com base nas ações desenvolvidas diretamente pelo Comitê, bem como fundamentado nas suas revisões e avaliações, o Comitê de Auditoria das empresas MAPFRE Previdência S.A. e MAPFRE Capitalização S.A., entende que as suas demonstrações financeiras, acompanhadas pelas notas explicativas para o semestre findo em 31 de dezembro de 2016, auditadas pela KPMG Auditores Independentes estão adequadas e foram elaboradas de acordo com as normas legais aplicáveis e refletem, nos aspectos mais relevantes, a situação patrimonial e financeira das empresas.

São Paulo, 22 de Fevereiro de 2017.

**Nilton Maia Sampaio** - Coordenador  
**Mário de Almeida Rossi** Membro Titular  
**Rogério Soares** Membro Titular

**PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES**

Aos Conselheiros e Diretores da

**MAPFRE Previdência S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Previdência S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade

no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Previdência S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apu-

ração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2017.



**KPMG Financial Risk&Actuarial Services Ltda.**

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

**Anexo I**

**MAPFRE Previdência S.A.**

(Em milhares de Reais)

<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Total de provisões técnicas</b>	<u>3.463.117</u>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<u>3.393.755</u>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	-
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Provisões Técnicas (a)</b>	3.463.117
Valores redutores (b)	-
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<u>3.463.117</u>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2016</b>
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	78.396
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<u>78.396</u>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2016</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	96.012
Ajustes econômicos (b)	15.251
Exigência de Capital (CMR) (c)	78.396
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (d = a + b - c)</b>	<u>32.867</u>
Ativos Garantidores (e)	3.515.114
Total a ser Coberto (f)	3.463.117
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (g = e - f)</b>	<u>51.997</u>
Ativos Líquidos (h)	51.997
Capital de Risco (CR) (i)	78.396
<b>Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) ( h / i)</b>	<u>66,3%</u>
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)</b>	<b>31/12/2016</b>
0983; 0986; 0991; 1383; 1386; 1391	<u>1.921.568</u>

**Joel Garcia**  
Atuário MIBA 1131

# Certificação Digital Imprensa Oficial

Segurança e agilidade na  
administração da sua  
empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal

☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ de qualquer lugar do mundo ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒ ☒



[www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)

io | certificação digital

SAC 0800 01234 01

**imprensaoficial**  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO